Valor Econômico
Publicado em 12/07/2024 - 05:58

PF: "Abin paralela' monitorou STF e parlamentares

Judiciário Investigação da PF mostra esquema para monitorar supostos adversários e indícios de ligação com atos golpistas de 8 de janeiro

Abin teria sido usada para beneficiar filhos de Bolsonaro

Isadora Peron, Gabriel Shinohara, Gabriela Pereira e Guilherme Pimenta
De Brasília

A Polícia Federal (STF) deflagrou na quinta-feira (11) uma nova fase da Operação Última Milha, que apura o uso ilegal estrutura da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A suspeita é que o esquema tenha sido usado para beneficiar familiares do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e monitorar supostos adversários do antigo governo, entre eles ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), parlamentares e até jornalistas. O avanço da investigação também apontou indícios de ligação do caso com os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Ao todo, cinco pessoas foram presas. Após as diligências, o ministro Alexandre de Moraes retirou sigilo de parte dos autos. O deputado e pré-candidato à Prefeitura do Rio, Alexandre Ramagem (PL), que foi diretor da agência no período, não foi alvo da operação, mas é apontado pela PF como o responsável por dar as ordens que seriam executadas pelos integrantes da chamada "Abin paralela".

Dois dos presos atuaram no Centro de Inteligência Nacional (CIN), setor da Abin criado durante a gestão de Ramagem: o agente da PF Marcelo Araújo Bormevet e o militar do Exército Giancarlo Gomes Rodrigues.

Também foram detidos nomes ligados ao chamado "gabinete do ódio", estrutura que teria sido montada no Palácio do Planalto pelo vereador Carlos Bolsonaro para atacar opositores. Um deles foi Mateus de Carvalho Spósito, que foi assessor da Secretaria de Comunicação Social (Secom). Já Richards Pozzer e Rogério Beraldo de Almeida são apontados como donos de perfis responsáveis pela divulgação de "fake news".

"Os investigados, segundo a Polícia Federal, participaram de uma estrutura espúria infiltrada na Abin voltada para a obtenção de toda a ordem de vantagens para o núcleo político, produzindo desinformação para atacar adversários e instituições que, por sua vez, era difundida por intermédio de vetores de propagação materializados em perfis e grupos controlados por servidores em exercício na Abin", escreveu Moraes em sua decisão.

Para o ministro, a PF detalhou "minuciosamente" os requisitos necessários para a decretação da prisão preventiva dos investigados, apesar de a Procuradoria-Geral da República (PGR) ter sido contra a medida. Ele apontou que as condutas eram "ilícitas e gravíssima" e representavam "ameaça à segurança de autoridades públicas, bem como voltadas para a obtenção não só de vantagens de natureza econômica, mas especialmente de natureza política".

O relatório da Polícia Federal tem 187 páginas e mostrou indícios de que uma série de autoridades foram monitoradas de maneira ilegal durante o governo Bolsonaro, inclusive o próprio Moraes e outros ministros do STF, como Dias Toffoli, Luiz Fux e Luís Roberto Barroso, atual presidente da Corte.

Já no Poder Legislativo, o atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi um dos alvos, assim como o seu antecessor no cargo, Rodrigo Maia. Também estão na lista senadores, como Omar Aziz (PSD-AM), Renan Calheiros (MDB-AL) e Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

Também teriam sido monitorados servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e auditores da Receita Federal. Entre os jornalistas listados estão as colunistas Vera Magalhães ("O Globo") e Mônica Bergamo ("Folha de S.Paulo").

Em relação aos ministros do Supremo, a estrutura da Abin teria sido usada com o objetivo de questionar a segurança do sistema eleitoral. Para os investigadores, atacar as urnas eletrônicas era um "mantra reiterado nas ações de desinteligência".

No relatório, a PF apontou indícios que relacionam o esquema da Abin aos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Trocas de mensagens entre suspeitos também mostraram que eles sabiam da existência do documento que ficou conhecido como "minuta do golpe". Em uma conversa, no dia 21 de dezembro de 2022, Bormevet questionou Giancarlo sobre a possibilidade de Bolsonaro assinar "a porra do decreto". "O Nosso PR imbrochável já assinou a porra do decreto?", perguntou.

Giancarlo então respondeu: "Assinou nada. Tá foda essa espera, se é que vai ter alguma coisa." Bormevet mostra-se cético sobre a medida. "Tem dia que eu acredito que terá, tem dia que não."

O tema também foi tratado por Bormevet com outros investigados, que discutiam a possibilidade de intervenção militar após a derrota de Bolsonaro na eleição. Para a PF, isso indicaria "no mínimo potencial conhecimento do planejamento das ações que culminaram na construção da minuta do decreto de intervenção".

Os investigadores apontaram ainda que essas condutas demonstram a relação do caso com os inquéritos das "fake news" e das milícias digitais, que tramitam no STF, e "potencialmente se situam no nexo causal dos delitos que culminaram na tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito".

Em sua decisão, Moraes autorizou o compartilhamento dos dados com as demais apurações. "As investigações apontam que as mencionadas ações clandestinas ensejaram, motivaram e causaram, direta ou indiretamente, a tentativa de golpe de Estado ocorrida em 8 de janeiro de 2023, que pretendia abolir nosso Estado Democrático de Direito e instituir uma ditadura e cujas investigações e processos já acarretaram mais de 230 condenações", escreveu.

> "Os investigados participaram de uma estrutura espúria infiltrada na Abin"
> *A. de Moraes*

Bolsonaro e Ramagem: diretor da agência no período é apontado como o responsável por dar as ordens na 'Abin paralela'

O relatório da PF também demonstrou que os envolvidos no caso costumavam se referir a Ramagem como "mestre". Foram identificadas ordens dele para "consultar os processos judiciais dos três senadores patetas do circo" em referência aos integrantes da cúpula da Comissão de Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid: Omar Aziz (PSD-AM), Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) e Renan Calheiros (MDB-AL).

"Os servidores diretamente vinculados ao então diretor da Abin, delegado Alexandre Ramagem, valendo-se dos recursos públicos materiais e humanos da Agência Brasileira de Inteligência realizaram ação clandestina determinada pelo 'mestre' e pelo 'chefe' contra senadores da República para desestabilizar os trabalhos da CPI da Covid", afirmou a Polícia Federal.

Em outra frente, a estrutura da Abin também teria sido usada para blindar os filhos de Bolsonaro de investigações. O relatório da PF apontou que o então presidente teve uma reunião com Ramagem e com o general Augusto Heleno, que na época era chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), para encontrar uma forma de auxiliar a defesa do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) no caso das "rachadinhas".

Os investigadores dizem ter encontrado, em posse de Ramagem, uma gravação de 1 hora e 8 minutos da reunião, que ocorreu em agosto de 2020. A transcrição da conversa não está no relatório. O objetivo do encontro teria sido mobilizar a área da inteligência do governo para encontrar "poderes e relações políticas" dos auditores da Receita Federal que elaboraram os relatórios que deram início às investigações fiscais sobre o mandato de Flávio na Assembleia Legislativa do Rio, quando era deputado estadual.

"Neste áudio, é possível identificar a atuação do delegado Alexandre Ramagem, indicando, em suma, que seria necessária a instauração de procedimentos administrativos contra os auditores da receita com o objetivo de anular a investigação, bem como de retirar os auditores dos seus respectivos cargos", apontou a PF.

Outro filho do ex-presidente beneficiado foi Jair Renan. A "Abin paralela" teria atuado para produzir provas a favor dele, em uma investigação sobre tráfico de influência. O esquema envolveu até mesmo a espionagem de antigos sócios do rapaz, que hoje é pré-candidato a vereador em Balneário Camboriú (SC).

O **Valor** não localizou as defesas dos alvos da operação. Procurado para comentar o caso do militar Giancarlo Rodrigues, o Exército informou que "não se manifesta sobre processos em curso, conduzidos por outros órgãos". Procurada para comentar a prisão do agente Marcelo Araújo Bormevet, a PF não retornou.

Em vídeo publicado nas redes sociais, o senador Flávio Bolsonaro alegou que apenas tentava ter acesso, supostamente por vias legais, a quem foram os auditores da Receita Federal que acessaram os seus dados. Ele acusou o governo e afirmou que "o grupo especial de Lula na Polícia Federal ataca novamente".

Procurada, a defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro não retornou. Também não se manifestou Alexandre Ramagem (ver abaixo). Entre os monitorados, o senador Randolfe Rodrigues classificou a "Abin paralela" como "o maior aparato de espionagem contra a vida privada de cidadãos brasileiros". "A Abin, em mãos erradas, foi usada para tentar corromper a estrutura do Estado Democrático", disse o parlamentar à imprensa. O Supremo disse que não iria comentar a menção aos ministros da Corte nas investigações. ***(Colaborou Mariana Assis, de Brasília)***

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 14

Copyright © Clipclap 2025.